

**Exmos. Senhores**

**Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Trabalho**

**Grupo de Trabalho para Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990**

N.ª Ref.ª: 115/IILP/2017

Praia, 02 de junho de 2017

**Assunto:** Audição na Assembleia da República de Portugal

Queiram aceitar as minhas cordiais saudações.

Venho, por este meio, disponibilizar a Vexas o conteúdo da minha intervenção no âmbito da Audição, realizada no dia 24 de maio de 2017, às 14h de Lisboa, (12h de Cabo Verde).

Com os melhores cumprimentos

  
INSTITUTO INTERNACIONAL  
DA LÍNGUA PORTUGUESA  
**IILP** 

**Marisa Mendonça**  
**Diretora Executiva**



## Audição na Assembleia da República Portuguesa

24 de maio de 2017

### 1. Agradecimento

Começo por agradecer a oportunidade de me dirigir aos Senhores Deputados Membros da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990.

### 2. Notas Prévias

O IILP é um órgão da CPLP que tem como missão *a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa, como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.* **(Estatutos do IILP, Art. 9º)**

O nosso Instituto tem, paralelamente à CPLP, uma estrutura interna, que integra para além de mim, o Conselho Científico, presidido, neste momento, pelo Prof. Doutor Calane da Silva, e um conjunto de Comissões Nacionais de cada um dos Estados-Membros da nossa Comunidade.

Tratando-se de uma audição para uma Comissão e um grupo de trabalho da Assembleia da República Portuguesa parece-me oportuno sublinhar que Portugal tem uma CN presidida pela Senhora Professora Ana Paula Laborinho e da qual fazem parte representantes de várias instituições, como por exemplo,



do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, da Academia de Ciências de Lisboa.

Devo referir que é com todo o prazer que me coloco à disposição de Vexas para esclarecimentos de âmbito geral sobre o assunto que motivou o convite para esta audição.

*Marisa Mendonça*  
INSTITUTO INTERNACIONAL  
DA LÍNGUA PORTUGUESA  
**IILP**

**Marisa Mendonça**  
Diretora Executiva



## PONTO DE SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO

PAÍS	INFORMAÇÃO
<b>Angola</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem afirmado continuamente a sua não oposição ao Acordo Ortográfico (AO), pedindo mais tempo para ratificar e aplicar;</li> <li>• Coloca também a necessidade de se retificarem aspetos do AO, para, posteriormente, se proceder à retificação;</li> <li>• Requereu formalmente uma moratória para fazer uma avaliação de impacto, em particular no sistema educativo.</li> <li>• Informou, em 2016, que o seu Vocabulário Ortográfico Nacional (VON) estaria concluído em 2018, pelo que o IILP aguarda pela receção do produto para o enquadrar na plataforma VOC;</li> <li>• Financiou parcialmente o Vocabulário Ortográfico Comum Língua Portuguesa (VOC) através do Fundo Especial da CPLP.</li> </ul>
<b>Brasil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificou o AO em 2004;</li> <li>• Iniciou em janeiro de 2009 implementação do AO, após decreto presidencial de 2008 que ditou um período de transição de 4 anos (Foi o primeiro país a iniciar a implementação do AO). Ainda em 2009 foi imediatamente aplicado por todas as instituições públicas e pela generalidade das instituições privadas;</li> <li>• Adiou a data-limite por três anos, até dezembro de 2015;</li> <li>• Adotou definitivamente o AO desde 1 janeiro de 2016;</li> <li>• O seu VON, produzido pela Academia Brasileira de Letras, já foi incluído no VOC.</li> </ul>
<b>Cabo Verde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificou o AO em 2009;</li> <li>• Definiu em 5 anos o período de transição para a adoção da nova grafia;</li> <li>• Prorrogou o prazo-limite para a implementação definitiva do AO de 2015 para 2020;</li> <li>• Realizou já o processo normal de substituição dos manuais de ensino, que incorporam o AO até ao 8.º ano;</li> <li>• O VON de Cabo Verde, produzido pela Cátedra Eugénio Tavares da Língua Portuguesa, da Universidade de Cabo Verde, já foi incluído no VOC.</li> </ul>
<b>Guiné-Bissau</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificou o AO em 2011;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não definiu um calendário para a sua aplicação, pois vive uma situação política conturbada;</li> <li>• Adota o AO em alguns âmbitos pela dependência do mercado livreiro de editoras estrangeiras, mas não de forma oficial, nem obrigatória.</li> </ul>
<b>Guiné Equatorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não é um estado signatário do AO90, que precede a sua entrada na Comunidade;</li> <li>• Realiza, de momento, um percurso específico que o português seja de uso pleno, no país.</li> </ul>
<b>Moçambique</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ainda não ratificou, ainda, o AO embora este já tenha sido aprovado pelo Conselho de Ministros;</li> <li>• Aguarda a ratificação pela Assembleia da República;</li> <li>• Tem realizado reuniões e seminários de âmbito nacional para esclarecimentos sobre o AO e reflexões sobre as melhores estratégias para a sua implementação;</li> <li>• Tem avançado na produção de materiais para aplicação do AO, sob responsabilidade de instituições nacionais;</li> <li>• Verifica, na realidade, a adoção de duas grafias considerando o uso de softwares atuais e de livros importados de países como Portugal e Brasil;</li> <li>• O VON de Moçambique, produzido pela Universidade Eduardo Mondlane, já foi integrado no VOC.</li> </ul>
<b>Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificou o AO em maio de 2008;</li> <li>• Concluiu a adoção formal do AO, apesar de existirem pontuais exceções;</li> <li>• A base computacional e de dados para a construção do VOC foi cedida por Portugal e o VON português, produzido pelo CELGA-ILTEC da Universidade de Coimbra, já foi integrado no VOC.</li> </ul>
<b>São Tomé e Príncipe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificou o AO em 2006;</li> <li>• Aplica o AO desde 01 de janeiro de 2012 nos documentos do Estado, em todos os organismos, serviços e entidades na tutela do Governo, bem como no Diário da República;</li> <li>• Solicitou ao IILP, na última Reunião do Conselho Científico do IILP (CC do IILP), de 10 a 12 de maio de 2017, um apoio para o desenho de uma estratégia que possibilite a implementação definitiva do AO;</li> <li>• O VON de São Tomé e Príncipe, de que está pronta uma primeira versão, está em fase de validação para integração no VOC.</li> </ul>



### Timor-Leste

- Ratificou o AO em 2009;
- Tem expandido, gradualmente, o uso do AO em materiais de ensino e na comunicação estatal, até pela dependência de recursos produzidos no exterior;
- O VON de Timor-Leste, produzido pelo Instituto Nacional de Linguística, já se encontra integrado no VOC.

*Marisa Mendonça*  
INSTITUTO INTERNACIONAL  
DA LÍNGUA PORTUGUESA  
**IILP**

**Marisa Mendonça**  
Diretora Executiva

